

Relatório de Identificação e delimitação
da A.I. Porto Praia

Priscila Faulhaber⁽¹⁾

¹⁾)Coordenadora do GT. Pesquisadora do CNPq/Museu Goeldi

1. Introdução

Os trabalhos de delimitação e identificação da terra indígena Porto Praia foram realizados pelo grupo técnico constituído pela portaria 0745/94 -Pres, de 18 de agosto de 1994, e os trabalhos complementares por grupo definido na portaria 1199 de 1 de dezembro de 1995. A primeira equipe foi constituída por Priscila Faulhaber Barbosa (antropóloga), Peter Jorna(antropólogo), Jânio Queiroz de Oliveira(engenheiro agrônomo da FUNAI-AM), Genival dos Santo Oliveira, Oberdan dos S. Torres(técnico agrícola/INCRA), Zenildo Castro(topógrafo/FUNAI/AM) e Clodoaldo Duarte(técnico agrícola/IFAM/AM. Na segunda viagem, os dois últimos técnicos foram substituídos por Orisson Leite Ramalho(técnico agrimensor da DAF/FUNAI/BSB) e Emidmar Medeiros de Araújo(técnico agrícola do Instituto Fundiário do Amazonas(IFAM), respectivamente. A socióloga Marise Batista Reis integrou a equipe no que diz respeito à realização dos trabalhos na terra indígena Porto Praia.

Foi estabelecido contato direto com os Ticunas da terra indígena Porto Praia nos dias 13 e 14 de setembro de 1994 e 8 a 11 de dezembro de 1995. Como conclusão dos trabalhos, a Área Indígena (A.I.)denominada Porto Praia, foi identificada como Ticuna - embora se tenha registrado dentro do grupo outras etnias, como Miranha e Cocama. Resumindo, foi observada a seguinte evolução populacional(ver mais detalhes no Censo, ao final deste relatório):

população de 94: 114 habitantes (20 casas)

população de 95: 102 habitantes (19 casas)

Tuxua: Juvenal Macário

A A.I. do Porto Praia é localizada no Município do Uarini/AM, em área inundável(de várzea) à margem esquerda do Solimões, diante da boca do Copacá. Existe uma linha de barco regular semanal todos os sábados de que transporta passageiros e carga de Tefé a Uarini. A duração da viagem é de aproximadamente oito horas.

A área fica dentro da área da Estação Ecológica Mamirauá(EEM), ainda que a apresentação da identidade indígena Ticuna na área de Porto Praia seja anterior: A EEM foi definida como Unidade de Conservação Ambiental pelo Estado do Amazonas no decreto 12.836, de 9 de março de 1990, e, segundo depoimentos, a chegada dos Ticunas a Porto Praia remonta a 1966(Lima-Ayres e Alencar, 1994).

O principal objetivo da volta à área em 1995 foi observar a relação das comunidades não índias vizinhas com a terra indígena Ticuna de Porto Praia, no sentido de avaliar como se dá a percepção pelos atores sociais da coexistência das figuras "terra indígena" como "área protegida" pela política indigenista federal e "unidade de preservação" definida pela política ambiental estadual (do Estado do Amazonas) . Esta situação é especialmente interessante para a avaliação das possibilidades de compatibilizar a política indigenista federal brasileira e a política ambiental do Estado do Amazonas porque o Projeto Mamirauá sustenta a necessidade de permanência da população humana dentro da reserva - o que ainda não foi devidamente considerado pela política ambiental.

Na primeira etapa dos trabalhos, foram registradas divergências aparentemente solucionadas por um acordo. Naquelas divergências, se registravam diferenças de interesse entre Ticunas e não índios. Após o primeiro momento, a existência de tais atritos levou ao descrédito do acordo, sendo produzida a impressão de dificuldades no sentido da identificação e delimitação desta terra indígena. Por minha solicitação, foi redigido pela socióloga Marise Batista Reis um relatório dos fatos que se sucederam à nossa permanência na área em 1994, documento este enviado à FUNAI ainda em 1985⁽²⁾.

Os obstáculos, no entanto, foram superados, pois no decorrer dos anos de 1994 e 1995 os atores envolvidos buscaram o entendimento. Ao final da segunda etapa, foi alcançado um acordo, registrado na ata em anexo, no sentido de satisfazer as partes envolvidas, como será apresentado no decorrer deste relatório. Os ribeirinhos que vivem em comunidades vizinhas da terra indígena Porto Praia e que participam das atividades de implantação da Estação Ecológica Mamirauá(EEM), após participarem de reunião do dia 10 de dezembro de 1995 (ver ata em anexo) na casa comunitária da T.I. Porto Praia, comentaram que tinham interesse na demarcação uma vez que os marcos da FUNAI são respeitados por peixeiros invasores, que já conhecem e respeitam as outras terras indígenas na região, como as T.I. do Miratu, Méria (reconhecidas pelo SPI nos anos 30), Jaquiri, Marajá, Igarapé Grande e Barreira da Missão.

Este trabalho vem se somar a outras experiências nas quais se demonstra que a política indigenista de definição de territórios indígenas e a política ambiental de criação de unidades de conservação convergem em seus objetivos uma vez que ambas visam a garantia do bem estar das populações alvo.

(²) Marise Reis, 1985.

2. Histórico⁽³⁾

Trata-se de uma região ocupada originalmente pelas etnias autóctones. Adota-se aqui o termo etnia - cuja definição ressalta o seu caráter relacional - pois neste estudo, como ocorre em geral nas pesquisas etno-históricas, cada povo indígena não aparece isoladamente, mas em relação a outros povos. É o que se verifica com os Ticunas, que são relacionados na literatura etnohistórica sobre o Solimões aos Cambebas, Cocamas e Mayorúnas.

A ocupação colonial na região data de fins do século XVII, quando foram fundadas missões religiosas, que se sobrepueram às populações indígenas pré-existentes. Consta que o padre Samuel Fritz, austríaco que acreditava que se tratava-se de território espanhol, formou aldeias no curso do Solimões, de São Joaquim dos Omáguas (em área correspondente à atual fronteira Brasil/Perú) até Tefé (Souza, 1989:14) onde também se encontravam Cocamas. Os portugueses não aceitavam o domínio espanhol sobre a região, e foram provocados inúmeros conflitos armados envolvendo a população indígena. Samuel Fritz, que percorreu entre 1686 e 1688 a distância compreendida entre a Boca do Rio Napo e a Boca do Rio Negro, fundando missões que passavam a ser confiadas a Jesuítas⁽⁴⁾ que acreditavam trabalhar sob os domínios de Espanha (ALBUQUERQUE, 1942:34). Não estão citadas no diário do Pe Samuel Fritz as aldeias que se encontravam nas regiões onde o domínio era discutido entre espanhóis e portugueses, e que foram posteriormente incorporadas aos domínios de Castela, organizadas pelo Pe carmelita Batista Sana (ALBUQUERQUE, 1942: 36). Entretanto, diversas fontes evidenciam que efetivamente Fritz ali esteve, acreditando⁽⁵⁾ agir em defesa da soberania da Espanha no

⁽³⁾ Grande parte deste histórico, que trata de informações bibliográficas e documentais, foi reproduzido no relatório da A.I. Tupã Supé, que também é Ticuna, está próxima geograficamente, e dentro de uma situação análoga de construção da identidade Ticuna e de interpretação do processo de ocupação

⁽⁴⁾ Segundo Fray Lucas Espinosa; in Vicariato Apostólico de San León del Amazonas (Loreto-Perú), (ALBUQUERQUE, 1942:35), o "Pe. Fritz catequizou principalmente Omaguas e, mediante eles, outras tribus do mesmo tronco racial como os Aiazuaras (Axiyarís), entre o Juruá e o Purús; los Manaves, que salían desde el norte del Caquetá, los Ivanomas, parcialidad de los Aiazuaras, de la parte inferior del Japurá, y los Cachivaras, frente a la boca del rio Negro, donde establece relaciones con los Tuppínambás que veniam de este último rio".

⁽⁵⁾ Em um memorando dirigido ao Vice-rei do Peru (1679), no qual Fritz pede recursos à Real Audiência do Peru para prosseguir suas atividades "na propagação da fé e na dilatação do Império de S.M. Católica", está registrado (BITTENCOURT, 1925:247/8): "As conquistas que com o devido respeito

território onde trabalhava, tendo inclusive sido preso sob acusação de espionagem (GARCIA, 1917:385).

Seguindo a pista da citação de Fray Lucas Espinosa e outros documentos históricos, ALBUQUERQUE (1942:38) supõe que o Pe Fritz, tendo encontrado os Uainumans (Ivanomas ou Ibanomas - também chamados Beija-Flores ou ainda Jurupixunas/Bôca Preta, ou simplesmente Jurís), que habitavam a parte inferior do Japurá, os catequizou e fundou a missão de Tefé na boca do rio Tefé (num local onde hoje está a Vila Valente, antiga Tambaqui-Paratú). Fritz também teria fundado a aldeia de Parauarí, ou "aldeia do ouro", na Boca do Japurá, a qual Portugal reconheceu na época como pertencente à Espanha, na linha extrema da divisão dos seus domínios(ou, em outras palavras, fronteiras⁽⁶⁾). Constam também, entre as missões fundadas por Fritz, a aldeia de Taiassutuba, um pouco acima da boca do Juruá, a aldeia de Sauassutuba (ou "Ilha dos Veados"), em frente ao Gi-Paraná (Paraná do Machado).Fritz(1922:74) registrou em seu diário a intervenção dos comerciantes portugueses que traficavam escravos e contribuíram para a devastação e despovoamento do Médio Solimões, fazendo notar ações violentas dos portugueses e os índios, muitas delas fatais, como a que atingiu os Caixanas da boca do Içá(1922.121).

Quando, finalmente, os portugueses firmaram seu poderio, os Carmelitas Calçados, sediados em Parauarí dedicaram-se à organização dos aldeamentos, reunindo os índios dispersos; e assim foi fundada Tefé, em 1718, por Frei André da Costa, que transportou da ilha dos Veados - sujeita a frequentes alagações - índios Coerunas, Jumas e outros, para a Boca de Tefé, e fundou, em um local mais apropriado, a Vila de Ega (ALBUQUERQUE, 1942:46). Até o tratado de Madrid(1750), a missão carmelita de São Paulo dos Cambebas e a missão jesuíta de Pebas - que eram geograficamente afastadas uma da outra - constituíam os limites da "ocupação portuguesa e espanhola (SWEET,1975:454).

Entre os conflitos na região, foi destacado um episódio no lago do Copacá, citado como lugar onde os índios Jumas trucidaram, em 1720, o frei Antonio de Andrade, que formava uma missão na área (Jobim, 1934:42). Chegando a notícia a Berredo, governador do Pará, este enviou força armada para reprimir a rebelião, tendo os índios fugido para as

menciona a V.Exa neste memorial são as do meu pasto espiritual, que se estende desde os Omaguas no Napo até o rio Negro. Até aqui os portugueses têm-se localizado com prejuízo da coroa de Castella, e pretendem ainda mais para cima, campo vastíssimo de mais de quinhentas léguas de dilatada gentildade, em ambas as margens do rio Amazonas, e que precisa ser chamado o grêmio da Santa Igreja".

⁽⁶⁾Os conflitos fronteiriços e interétnicos dos secs XVII e XVIII foram analisados por SWEET(1975), que tomou por base um exaustivo exame da documentação histórica(consultar sobretudo cap4, 7, 8 e 12).

matas (Souza, 1984:24). Posteriormente, este lago foi ocupado militarmente pelos espanhóis, tendo sido ali fundado um forte por Requeña em meados do século XVIII. Lobo D'Almada, quando assumiu como governador em 1778, tomou providências para obrigar os espanhóis a renunciar ao domínio sobre a região (Souza, 1984:25).

A história destes conflitos entre domínios coloniais leva a perguntar pelo outro lado, ou seja a situação dos índios como primeiros moradores. Todo o alto Solimões até Fonte Boa havia sido considerado como "província dos Omáguas"(também conhecidos por Cambebas), embora se saiba que aí viviam inúmeras outras etnias. O padre Acuña, que acompanhou Pedro Teixeira, cita os "Águas" (1941: 229).

Nesta dinâmica populacional, a etnia Ticuna vai aparecer no alto Solimões primeiramente como população que habitava o "centro" das matas. Seu trânsito até às margens dos grandes rios era dificultado pelos Omáguas. Consta que estes eram inimigos tradicionais dos Ticunas, e como teriam a supremacia, impediam-nos de conquistar condições mais favoráveis de sobrevivência (⁷). Há registro da presença Ticuna até Fonte Boa desde no século XVIII (Sampaio, 1825). Contudo, eles começam a aparecer mais sistematicamente na "beira" dos rios somente com a exploração da borracha, quando passam a ser desalojados dos "centros" da mata pelos caucheiros, pois com estes a etnia nacional passa a ocupar também o interior das matas (Hassel, 1905: 71-72), e isto provoca a modificação da organização social Ticuna.

Os Ticuna foram classificados sociologicamente por Cardoso de Oliveira(1972:50) como "índios de igarapé" e "índios do rio", e estes últimos em a) índios de Posto Indígena (Assistidos pelo Serviço de Proteção aos Índios) e b) grupos familiares agregados a "comunidades brasileiras" (Cardoso de Oliveira, 1972: 51). Esta última categoria corresponde a uma migração mais antiga para o Solimões em direção a Fonte Boa e por isto mesmo perderam muitos traços sócio-culturais dos Ticunas, assemelhando-se mais a outras comunidades étnicas ribeirinhas. É nesta categoria que se inserem os Ticunas do Médio Solimões, provenientes em geral de Fonte Boa.

Ainda que se deva ressaltar que se trata de uma tipologia construída com fins de análise - e que portanto a distinção não é tão nítida nas situações observadas - comparando-se os "índios do igarapé" aos "índios do rio", nota-se que os primeiros estão em completamente sujeitos à "situação de seringal" (Oliveira Filho,1988:83) e ao sistema do barracão. Trata-se de uma situação de dominação instituída historicamente, e que representou a submissão dos Ticunas a um sistema de dominação exercido pelos "patrões" através de uma rede de poder transmitida de geração a geração. Para se ter uma idéia da

(⁷) Padre José de Moraes (1860:539-540), citado por Cardoso de Oliveira (1972:49).

reprodução deste sistema baseado na violência e do terror, note-se que um membro da família Calderón, de caucheiros colombianos que exploraram e subjugaram Miranhas e Uítotos no Putumayo⁽⁸⁾, e que possuía um barco comerciava com índios e ribeirinhos na fronteira(Oliveira Filho, 1988:76), migrou para o Brasil e se casou, no alto Solimões, com uma pessoa da família Mafra. Esta família dominava, no começo do século, quase todo o alto Solimões, onde até hoje se registra a existência da etnia Ticuna, o mais numeroso grupo indígena brasileiro em terras reconhecidas pela política indigenista oficial. A população total Ticuna, em solo brasileiro, Peruano e Colombiano é estimada em 27.000 membros, dos quais aproximadamente 20.000 habitam o território brasileiro. A maioria das aldeias da etnia Ticuna estão localizadas nos municípios de Tabatinga, Benjamin Constant e São Paulo de Olivença (OLIVEIRA FILHO, FAULHABER, ERTHAL, ALMEIDA, 1995).

Os "índios do rio" são relativamente mais livres, pois podem comprar e vender com vários comerciantes, ainda assim chamados de "patrões". Entre os "índios do rio" é frequente o uso comum das áreas de mata e dos lagos para pesca, em conformidade com a forma de ocupação da produção familiar ribeirinha. No entanto, a dominação instituída por redes mercantis de exploração é tão arraigada que penetra inclusive as comunidades ribeirinhas. A relações intra e inter comunitárias e são permeados por conflitos por recursos econômicos, como o pescado, a madeira e as "capoeiras".

Na situação observada pelo presente trabalho, trata-se do reconhecimento da terra indígena do Porto Praia, cujos membros estão em relação com outras comunidades não índias usuária da EEM. Estes Ticunas e ribeirinhos não índios convivem no dia a dia de luta pela sobrevivência na área definida como unidade de preservação EEM. Entre as fontes de conflito entre estas comunidades, cita-se a disputa pela pesca nos lagos que se formam nos igarapés, limites naturais entre as comunidades. O projeto Mamirauá incentiva e promove a realização de assembléias e reuniões setoriais, onde os moradores entram em acordo quanto ao uso e seleção de lagos de manutenção e procriação. Esta seleção seria uma classificação preliminar para o plano de manejo, em elaboração, da EEM. Como as comunidades dependem da pesca nestes lagos para a sobrevivência, em época de escassez aparecem divergências nem sempre de fácil solução. Nas reuniões e encontros setoriais também são colocadas em discussão as suspeitas em relação a atitudes anti-sociais de alguns comunitários, que assumem atitudes anti ecológicas como arrendar o lago a

(⁸) Calderón, que era ministro das Relações Exteriores da Colômbia e era intermediário da Casa Araña, foi processado por atos de genocídio e traição à Pátria (a Colômbia) por ter arrendado parte do território colombiano (entre os rios Putumayo e Caquetá) a Araña. Outros caucheiros colombianos envolvidos por processo criminal fugiram para o Javari(Faulhaber, 1994:78).

pesqueiros invasores, ou utilizar utensílios que propiciam a depredação. Alguns moradores de Porto Praia já foram alvo deste tipo de críticas, mas aparentemente agora estão dispostos a participar das atividades de preservação.

A seguir será detalhado como se formou esta rede de relações entre Ticunas e ribeirinhos, a partir de um exame da memória social e das pesquisas recentes sobre a formação dos assentamentos na região.

3. Memória social, ocupação da terra e interpretação

Os moradores da terra indígena Porto Praia se auto-identificam como Ticunas, e são resultado do movimento migratório Ticuna para a região de Fonte Boa, Uauti Paraná e Médio Solimões. São parentes de Ticunas que moram na A.I. Macarrão, na A.I. Miratu (A.I. Miranha no lago do Uarini) e no Aiucá. Quando realizei pesquisa de campo em 1981 no Miratu, informaram que a família Macário, que era Ticuna e havia migrado de Fonte Boa, na década de 60, localizou-se a princípio no Miratu, mas logo a seguir passou a fazer roças no Porto Praia. Como não eram Miranhas e a identidade Ticuna aparecia associada a conflitos internos no Miratu, acabaram formando ⁽⁹⁾ uma "aldeia". Segundo afirmaram, primeiramente duas famílias instalaram-se no Porto Praia, mas mantiveram as relações mercantis com o Miratu, participando também de ajuris com os Miranhas. Ainda que os primeiros moradores tenham chegado nos anos 60, o grupo residencial consolidou-se em 1972, sendo que a comunidade organizada passou a ser reconhecida a partir de 1983, um ano após a delimitação pela FUNAI das áreas indígenas Miratu, Méria, Jaquiri, Igarapé Grande e Marajá. Desde aquela época, já haviam entrado em contato com as agências indigenistas (CIMI e FUNAI), e tinham esperança que seu território fosse reconhecido oficialmente.

⁽⁹⁾ Recebi um convite, através dos Miranhas, para visitar a área e "fundar a aldeia", formalizando sua existência junto à FUNAI. Como eu fazia mestrado em antropologia na UNB em um momento em que as relações dos antropólogos com agência indigenista governamental passava por um momento difícil, preferi recusar o convite, para não criar expectativas junto ao grupo de uma interferência indigenista que eu não via condições de concretizar por causa das circunstâncias da época. Além disso, tratava-se de uma pesquisa sobre a situação dos Miranhas, e não se tratava de ampliar a pesquisa para os Ticunas.

Serão apresentadas a seguir algumas informações sobre a formação de comunidades vizinhas ao Porto Praia, a saber: Aiucá, Miraflor e Cauaçu, sobre a definição dos limites de suas áreas com a terra indígena Porto Praia.

O Aiucá é uma comunidade ribeirinha da várzea do Solimões que não se apresenta como comunidade étnica ⁽¹⁰⁾, embora se saiba que ali habitam parentes dos Miranhas e Ticunas. Os Ticunas do Porto Praia afirmam que aparecem conflitos com o pessoal do Aiucá. Existem divergências e faccionalismos entre as famílias, disputa de território de pastagem, capoeira, bananal, conflitos por utilização de lagos e outros atritos motivados pela disputa pelos recursos econômicos na luta pela sobrevivência. Não se pode dissociar, contudo, os conflitos econômicos de sua dimensão política e ideológica, que aparece nesta situação em seus componentes étnicos. Os Ticunas de Porto Praia dizem que os atritos ocorrem principalmente porque os moradores do Aiucá não aceitam a origem indígena, não querem ser índios, e subestimam aqueles que querem ser, como os Ticunas, que afirmam a identidade Ticuna.

O assentamento de Aiucá existe desde 1910, com a formação de um pequeno grupo residencial. Em 1965, quando chegaram outras pessoas, e em 1984 ocorreu a mudança de nome para São Francisco do Aiucá. Este nome significa macacheira no dialeto Ticuna (Alencar, 1993:36). Apesar disso, negam que tenham origem indígena e criticam os parentes de Porto Praia, que assim o fazem, apresentando-se como Ticunas diante de agentes e agências da sociedade nacional.

Embora se saiba que se encontre dentro desta comunidade parentes de Ticunas do Porto Praia e de Miranhas do Miratu, seus membros não aceitam a identidade étnica e criticam aqueles que a assumem como um traço de adscrição. A sua principal crítica é que, sendo ribeirinhos, vivem do mesmo modo. Na região existe preconceito contra os índios - latente ou manifesto - segundo o qual são classificados com estigmas que os desqualificam diante de outros seres humanos (preguiçosos, ignorantes, ladrões, lascivos).

Tradicionalmente, na região, o índio é visto como aquele que não conhece o "progresso" e os valores "civilização". É observado em depoimentos locais que este preconceito está associado a uma concepção de que o índio não conhece o dinheiro e não deve receber remuneração mesmo quando trabalha. Esta concepção serve como justificativa para a prática do servilismo, registrando-se laços escravistas. Aqueles que, tendo os mesmos costumes dos não índios apresentam a sua identidade étnica, associada à reivindicação de autonomia territorial, são depreciados por aqueles que não querem ser índios. Esta depreciação é uma forma - ainda que invertida - de reproduzir a visão

(10) Para uma definição de "comunidade étnica", consultar Faulhaber 1993, cap 1.

dominante da sociedade local de que os índios são inferiores, e de desconsiderar os direitos previstos pela legislação⁽¹¹⁾.

Muitas famílias do Porto Praia residiam inicialmente no Aiucá. Na primeira viagem deste GT ao Porto Praia, em 1994, a moradora Melisse de Almeida Brandão afirmou: "Nasci e me criei no Aiucá. Eles não querem aparecer como índios. Têm um pouco de raiva de nós para cá. Porque querem ser brancos, e dizem que os índios tomam as coisas dos outros" Melisse é Miranha, seu pai era Miranha de Araçari (acima de Fonte Boa) e tem parentes que moram no Miratu. Melisse foi para o Porto Praia porque casou com Almir Macário, filho de Clementino Macário, irmão do tuxaua Juvenal Macário.

Desde sua formação, em 1920, o assentamento de São Francisco do Mirafior já mudou de lugar 3 vezes, por causa de mudanças no leito e margens do rio. No início de oitenta restavam apenas 3 casas, tendo sido fundado o segundo assentamento em meados desta década. Eles participavam da comunidade de Cauaçu. Em 1990, devido a divergências organizaram a própria comunidade, da qual participavam 8 famílias. Em 1992 mudaram-se para um terceiro local de assentamento, à margem do Solimões, passando a manter duas residências no ano seguinte por causa das frequentes inundações. Preservam o lago do Baú, o qual, por ser fechado, é farto em pirarucu e tanbaqui(Alencar, 1993:10). Em 1953 chegou a família do Sr Elias Cordeiro, que passou a ser considerado o "proprietário", pois controlava o comércio local. Os Srs João Pinto dos Santos e Francisco Cavalcante são genros do Sr Elias Cordeiro, e estão localizados respectivamente no primeiro e segundo assentamentos de Mirafior(Alencar, 1993)

A comunidade de São Benedito do Cauaçu foi formada em 1973 por José Medeiros. Este afirmou ter escolhido a várzea evitando outras localidades de terras baixas onde a terra caía(Alencar, 1993:29). As atividades de preservação, incentivadas pelo irmão Falco Michiels, da Prelazia de Tefé, iniciaram em 1984. Dentro destas atividades, o lago do Urucuri, por ser um lago fechado, foi escolhido como lago de procriação(Alencar, 1993:30). A família mais antiga do Cauaçu de Cima, do Sr José Medeiros, morou entre 1925 e 1933 no Mirafior. Como a terra começou a cair, aos poucos as famílias foram saindo. O sr José Medeiros passou a residir, até 1953, em um local de nome Africa, de lá saindo pelo mesmo motivo para outro local de nome Canindé,

(11) A identidade étnica ou a sua recusa são fatores que aparecem no bojo das disputas por recursos ou valores entre indivíduos ou famílias que vivem uma situação muito semelhante, e inclusive frequentemente são parentes entre si. Aqueles que não se reconhecem com índios não aceitam que a auto atribuição da identidade étnica seja motivo para uma distinção que implica o direito a um território de uso comum que pode, segundo a legislação, ser maior que a soma dos terrenos familiares ou individuais prescritos para os pequenos colonos ou posseiros, por ser considerada apenas a área de terra cultivada, e não a área de mata, que ficaria para os "proprietários dos castanhais" ou para outros empreendimentos.

de onde também saíram por que a terra estava caindo, indo instalar-se no local onde atualmente existe a comunidade São Benedito do Cauaçu de Cima.

Embora estejam mais próximos geograficamente das comunidades do Aiucá, Mirafior e Cauaçu do Meio, existem desconfianças com relação ao Porto Praia e vice versa⁽¹²⁾. Atualmente, não existem mais problemas de limites entre Porto Praia e Aiucá. No Aiucá, afirmaram que em um passado recente eles fizeram roças na área que hoje é do Porto Praia, do Urucuri para baixo porque como naquele lugar havia areia, "dava roça mais bonita". Como acima do Urucuri tem barro misturado, é mais difícil para a mandioca enraizar. Mas como houve desentendimentos, eles já termiraram de colher a última roça, e decidiram não fazer roças além do Urucuri. Os Ticunas de Porto Praia também decidiram não pescar nem fazer roças mais em área pertencente à comunidade de Aiucá.

Os Ticunas do Porto Praia mantém laços mais estreitos com os Miranhas do Miratú. Quando a equipe da FUNAI esteve no Porto Praia em 1995, o Tuxaua Juvenal Macário fora trocar farinha com Francisco Macário, que ainda mora na Maria Caetana, Miratu. Tinha levado camarão, peixe salgado, surubim, tambaqui. Dizem que preferem as trocas com os índios. Manduca, que era tuxaua do Miratu até 83, tinha "dado" um pedaço de terra para os Ticuna cultivarem na terra firme, por causa das frequentes alagações de Porto Praia, que fica inteiramente na várzea. Alguns Miranhas, no entanto, criaram objeção, dizendo que os Ticunas estavam se aproveitando da terra deles. Mas uma parte aceita que façam a roça lá (inclusive o atual tuxaua). Em 1995, quando a equipe de identificação e delimitação da FUNAI retornou ao Porto Praia, 5 adultos e três crianças estavam no Uarini. Foi informado pelo Tuxaua Juvenal, que cinco famílias, juntamente com a sua, tinham roça - aproximadamente dez quadras- na terra firme Uarini, auxiliados pelos Miranhas do Miratu.

Em 1994, os Ticunas citaram como problema o gado de João Pinto, antigo morador que pertencia ao grupo mas depois resolveu ir embora. O seu gado comeu em 93 o plantio dos outros moradores. Fizeram uma reunião para entrar em acordo a respeito do gado e da destruição das plantações. João Pinto, durante a reunião, decidiu-se a participar da terra indígena do Porto Praia. No entanto, após a saída da equipe da FUNAI, conversando com os colegas da comunidade de Mirafior, decidiu-se a comunicar à Sociedade Civil Mamirauá, ao Porto Praia e à FUNAI que não se considerava índio, e não desejava constar como membro da terra indígena. No relatório do encontro do Setor

(12). A comunidade de Cauaçu do Meio, também chamada de Curimatá, está dentro do Setor Liberdade da Estação Ecológica Mamirauá. As comunidades Mirafior e Aiucá estão no setor Horizonte da EEM.

Liberdade da EEM, na comunidade São Benedito do Cauaçu (dias 25 a 27 de novembro de 94), ficou registrado que o Sr João Pinto dos Santos colaborava com os índios Ticunas do Porto Praia, sendo registrado que "falou que fazem 5 anos que foi assinado na FUNAI mas não quer prejudicar e não quer desunião como os amigos, líderes de comunidade": (ver página 1, anexo 2). Na ocasião da reunião com a FUNAI em 95, ficou acertado que o Sr João Pinto não se considera Ticuna, mas não pretende sair da área indígena. Ele se entendeu com o Tuxaua no sentido de permanecer na área.

Outra fonte de conflitos do Porto Praia é a relação com a comunidade do Cauaçu do Meio. Esta comunidade se encontra à jusante do paraná em direção à cabeceira, onde se encontram terras mais altas, propícias para a agricultura. Como toda a área fica dentro da Estação Ecológica Mamirauá, os moradores do Cauaçu do Meio tinham decidido deixar os lagos do Urucuri para preservação e Baixo para Manutenção, e não deixavam o pessoal do Porto Praia passar para os lagos Baú e Jaburú, que consideraram como lagos de preservação do Cauaçu do Meio. Raimundo Carvalho Cavalcante, o presidente da comunidade, é filho de Joaquim Cavalcante, que veio de São Paulo de Olivença, filho de um casal Cocama do Perú. José Cavalcante, que é filho de Irineu Cavalcante, irmão de Joaquim Cavalcante, também mora no Cauaçu do Meio. Raimundo é casado com Maria Lúcia Macário, filha de Raul Macário, sobrinha do Tuxaua de Santa Luzia. Cléia Macário, que é irmã de Lúcia, também é moradora do Cauaçu.

No dia 14 de setembro de 1994, foi observado pela equipe da FUNAI que havia interesse dos Ticunas do Porto Praia de definir como área indígena um território que abrangia também a comunidade de Cauaçu do Meio. Foi verificado que eram parentes, em uma viagem até grupo de residências onde moravam o líder Raimundo Carvalho Cavalcante, a mulher, seu irmão(e a mulher) e seu pai Joaquim Cavalcante, que é falante Cocama. A decisão de preservação total era concernente ao lago do Jaburu, que fora definido como "lago de procriação" do Setor Liberdade da EEM. Deste setor participam as comunidades Coadí, São Caetano, Punã, Mirafior Santa Domicia, São Sebastião, Caridade, Saúde, Fortaleza de São José, Cauaçu do Meio, Cauaçu de Cima, Santa Marta e Deus é Pai.

O "lago de procriação" é categoria considerada intocável na ética de preservação definida na Estação Mamirauá(Lima-Ayres, 1994:407). Eles afirmaram que a decisão em assembléia dos Usuários da EEM de considerar os lagos do Urucuri como procriação e Baixo como manutenção era desrespeitada por Porto Praia, que não participava das assembléias e reuniões do Projeto Mamirauá, e que, além disso, não queria cooperar com eles.

Raimundo Cavalcante afirmou àquela ocasião (em 1994) que tinha dificuldade para entrar em acordo com Juvenal, porque este nunca ia ao Cauaçu do Meio, que fica no "centro", subindo o paraná. No entanto, considerou que como são parentes, não deveriam brigar. Reconheceu que o invasor de fato, nesta situação, seria um peixeiro, dono de flutuante, chamado Manoel Guito, que mora na boca do Uarini e abusa dos contatos que tem entre o meio político local para entrar nos lagos e desafiar os acordos de preservação para o uso comum das comunidades, mas que queria continuar residindo em sua atual locação.

Com a presença da equipe de identificação e delimitação em 1994, eles fizeram um acordo intra-comunitário no sentido do reconhecimento mútuo do território comum enquanto terra Ticuna, e superar os conflitos para tornar possível a proposta de demarcação da área. Os membros dos dois grupos comprometeram-se a interagir comunitariamente, e frequentar às reuniões locais - Em Porto Praia e Cauaçu do Meio, para evitar conflitos a partir daquela data. Consideraram que se fossem fornecidas placas pela FUNAI, haveriam melhores condições de fiscalizar os lagos de manutenção e procriação contra a invasão de barcos peixeiros de fora.

Na assembléia da União das Nações Indígenas do Médio Solimões(UNI-TEFÉ), no dia 26 de setembro de 1994) aquele acordo foi apresentado como forma de convivência com duas agências diferentes, ligadas a diferentes instituições referentes à política indigenista e à política ambiental, e que se esperava assim uma maior garantia dos direitos territoriais indígenas. Naquela assembléia, foi citado o exemplo da A.I. Jaquiri, que está dentro da Estação Ecológica Mamirauá. Quando foi criada esta Estação, como o Mamirauá foi considerado lago de Procriação, os peixeiros passaram a invadir mais frequentemente o lago do Jaquiri. Os Cambebas entraram em contato com a coordenação do Projeto Mamirauá(PM), e através da auto-organização conseguiram impedir sistematicamente a invasão dos barcos pesqueiros, valendo-se também da existência no local de uma placa de interdição de área indígena, e da existência da legislação indigenista, que garante os direitos territoriais indígenas também sobre as áreas pesqueiras. Foi afirmado pelo Chefe do PIN Tefé, Sr Odinei Rodrigues Hayden, que havia interesse de sua parte de participar conjuntamente com os membros do PM de atividades relativas à preservação ambiental quando isto diz respeito às áreas indígenas do Médio Solimões, tendo sido observado que haveria nesta região, afinidades entre a política indigenista e a política ambiental, quando se trata da garantia dos direitos das populações que se dependem diretamente da pesca, as quais vêm se confrontando com os intermediários dos grandes barcos pesqueiros na defesa de recursos necessários à sobrevivência. Apontou-se como problema a relação que intermediários das próprias comunidades - indígenas ou

ribeirinhas não indígenas - têm com a cadeia da comercialização, e que às vezes são denunciadas pelos danos que isto causa ao interesse comum.

No entanto, nos meses que se sucederam à presença da equipe da FUNAI em 1994, a comunidade de Cauaçu do Meio desfez o acordo, afirmando à SCM e à FUNAI que não se reconhecia enquanto comunidade indígena, e que não aceitava fazer parte de Porto Praia. A decisão foi comunicada no II Encontro do Setor Liberdade (na comunidade Fortaleza) da SCM, nos dias 24 e 25 de setembro de 1994 (ver anexo 2). No relatório do encontro do Setor Liberdade da EEM, na comunidade São Benedito do Cauaçu (dias 25 a 27 de novembro de 94), foi registrado que José dos Santos Medeiros considera os índios Ticuna invasores. Segundo o mesmo documento, José dos Santos Medeiros foi chamado de sovina por outros moradores da comunidade São Benedito do Cauaçu (anexo 2, página 1). Na segunda visita da presente equipe da FUNAI, foi esclarecido que o problema foi que Juvenal, o tuxaua do Porto Praia e o Mirafior haviam entrado em acordo para colocar a placa do IBAMA para interditar o lago do Baú, mas o Santos tirou e ficou com a placa na casa dele. No dia 11 de janeiro de 95, foi realizada audiência na delegacia do Uarini, com a presença de duas pessoas da FUNAI: o chefe de Posto Odinei Haiden e a enfermeira Otília da Silva, onde foram tratados desentendimentos entre o Sr Santos, do Cauaçu de Cima e Porto Praia. Segundo ficou registrado na ata da audiência (Anexo 3, página 2), havia interesse comum entre índios e ribeirinhos de interditar a área, contrariamente ao que pretendia o Sr Santos, que queria pescar livremente no lago Baú. Depreende-se destes fatos que havia necessidade de um esforço conjunto, e a expectativa da participação de representantes da política indigenista e da política ambiental, pois Ticunas e ribeirinhos esperavam que representantes destas agências viessem sentar à mesa com as partes envolvidas, a fim de registrar o que pretendiam em termos da delimitação do território em litígio.

No decorrer destes acontecimentos, foram realizados trabalhos complementares de 1995 do GT de identificação e delimitação que incluía em sua programação o reestudo na T.I. Porto Praia, que contou com a participação da Socióloga Marise Batista Reis, representando a Sociedade Civil Mimirauá e do índio Mayourúna Genival dos Santos Oliveira, representando a UNI-Tefé.

No dia 10 de dezembro de 95, foi realizada reunião, na casa comunitária do Porto Praia, com a participação de 46 pessoas, incluindo representantes das comunidades Porto Praia, Saúde, Fortaleza, São Sebastião, Cauaçu do Meio, Cauaçu de Cima, Santa Domicia, Coadi, Punã, e da equipe de delimitação e identificação da FUNAI. A reunião foi presidida pelo Tuxaua do Porto Praia, Juvenal Macário, e pela professora Terezinha Marinho, da comunidade Saúde.

Afinal, o Sr João Pinto afirmou que não era índio, mas que queria continuar com sua residência na área do Porto Praia, pedindo que todos respeitassem sua posição. A equipe da FUNAI perguntou se ele tinha certeza desta decisão, pois não haveria retorno para avaliar suas benfeitorias se ele se decidisse sair posteriormente. Apoiado pelo tuxaua Juvenal Macário, João Pinto reiterou sua decisão.

O Sr Raimundo Carvalho Cavalcante, cujo pai estava viajando, também afirmou que não se reconhecia enquanto descendente indígena, e que a comunidade de Cauaçu do Meio deveria ficar fora da área indígena. Os Ticunas se comprometeram a respeitar a área do Cauaçu do Meio, que fica fora da terra indígena Ticuna, assim como o presidente da Comunidade Cauaçu do Meio se comprometeu a reconhecer os lagos Baixo (manutenção) e Urucuri como pertencentes ao território Ticuna. Foi decidido seguir a convenção estabelecida anteriormente pelo usuário de EEM de considerar o lago de Urucuri como lago de procriação. Esta categoria é vista como intocável, pois lá se dá a procriação dos peixes que servem de sustento não só para os Ticunas mas para as comunidades vizinhas. Este lago é representado como "lago central", valorização que assume uma conotação mágica no imaginário de índios e ribeirinhos, cujo sistema de simbolizações supõe a existência de mundos subterrâneos e subaquáticos através dos quais se entra em contato com o mundo sobrenatural. Esta simbologia indica também representações sobre ligações subaquáticas com lagos mais distantes, e que a circulação dos peixes entre lagos mais frequentados e lagos menos perturbados está associada à dinâmica da reprodução das espécies. Foi citado que a demarcação da terra Ticuna irá contribuir para garantir esta preservação. A comunidade do Cauaçu do Meio se comprometeu a vigiar a entrada do lago do Urucuri. O Tuxaua Juvenal Macário se comprometeu a entrar em acordo com o Sr Raimundo Cavalcante, tendo ficado decidido que iriam no dia seguinte acompanhados pelo técnico de agrimensura e pela equipe FUNAI para delimitar a área de separação entre os dois terrenos. Ficou decidido que o Baú, cujo cano pertence ao Porto Praia, fica para o Mirafior, e o Poção e o Jaburú ficam para o Cauaçu do Meio. Os lagos não estariam mais em discussão, mas sim as áreas de roça e moradia.

No dia seguinte, foram à confluência do Pimenta, Cauaçu e Paraná do Mirafior, acompanhando a equipe da FUNAI: Juvenal Macário (Porto Praia) Raimundo Cavalcante (Cauaçu do Meio) e Bernalzildo Martins Neves (Fortaleza de São José). Ficou decidido que a delimitação vai em linha reta até o primeiro cano, que é chamado Curimatá. Este cano e as roças do Cauaçu de cima ficariam fora da terra indígena. O limite entre as terras de Cauaçu do Meio e Porto Praia ficou definido pela linha reta tirada entre dois pontos indicados por Raimundo Cavalcante, Se a demarcação seguir estes pontos, segundo ele,

suas posses ficam fora da área indígena. O primeiro ponto indicado por ele localiza-se na m.e. do paraná do Cauaçu, próximo ao encontro dos paranás do Cauaçu, Miraflor e Pimenta. O outro, segundo ele, é o ponto onde a linha reta que sai do primeiro ponto em direção ao centro topa o primeiro cno de lago a ser atingido, ou seja, o Curimatá, também conhecido como Poção, na sua parte mais larga. Esta área causou mais polêmica por causa da grande variação anual por causa da seca e da cheia, quando toda a várzea fica inundada. O Cauaçu do Meio começa quando o declive do terreno propicia roças mais duradouras.

Os representantes comunitários presentes à reunião entraram de acordo que quando for necessário, os Ticunas do Porto Praia poderão pedir autorização para pescar fora do Porto Praia, assim como os ribeirinhos de comunidades vizinhas, em caso de necessidade, poderão pedir autorização para pescar dentro do Porto Praia. Ficou decidido que este acordo é válido para os Ticunas e ribeirinhos pobres que estiveram representados na reunião do dia 10 de dezembro, mas está proibida a pesca predatória por barcos peixeiros invasores utilizando utensílios não artesanais. Moradores do Cauaçu de Cima, liderados pelo Sr João Santos, disseram não aceitar esta preservação. Foram vistos pelos outros representantes de comunidade como "invasores" potenciais, pois não respeitam nem a ética de preservação ambiental nem a política indigenista e as terras indígenas. A invasão foi vista como atitude anti-social, passível de sanção e punição uma vez que as autoridades venham a ser comunicadas.

A partir do exame da situação aqui apresentada, pode-se depreender que as representações sobre Terra Ticuna estão relacionadas com a história da ocupação do Solimões, que é também a história de conflitos entre etnias contrastivas. Este estudo é uma demonstração que o processo histórico é caracterizado por continuidades e descontinuidades, conflitos, alianças, rupturas e coalisões. A etnia Ticuna no Porto Praia aparece com referência primeiramente às terras indígenas da etnia Miranha do Miratu e Méria, reconhecidas pelo SPI desde os anos 30 e respeitadas pelos vizinhos não índios desde aquela época. Outro referencial, para os Ticunas do Porto Praia é o povo Ticuna do Alto Solimões, ainda que seja longínquo, por causa da antiguidade da migração, pois vivem no Porto Praia desde os anos 60 e 70. Mas para a afirmação de sua identidade o mais importante é que desde que as terras que utilizam tradicionalmente sejam demarcadas, esperam que os seus limites sejam respeitados. O acordo com as comunidades vizinhas é uma estratégia política de garantia do território diante de invasores, e de auto-representação, ainda que precária, enquanto grupo social ribeirinho pobre, dentro de um processo reconhecimento de quem são, nos dias de hoje, seus verdadeiros inimigos.

4. Proposta de delimitação da área indígena

A presente proposta de delimitação se sustenta pela existência de um grupo étnico organizado que se identifica como Ticuna, ainda que estejam ligados por vínculos de aliança com representantes de outras etnias (Miranha e Cocama).

Na região, é reconhecido pelo costume a ocupação quando os moradores adquirem direito de cultivo pelo uso comum de capoeiras, áreas de mata e lagos pesqueiros. Haveria em Tefé famílias de migrantes nordestinos que dizem ter-se apossado desta área no início do século, mas como moram em Tefé e em terra de várzea não são expedidos títulos definitivos, o direito do grupo Ticuna é reconhecido pela população vizinha, sobretudo pelos Miranhas do Miratu, e pelos representantes da UNI-Tefé. A manifestação destes conflitos político-econômicos onde aparece a recusa da origem indígena por um grupo contrastivamente a outro que a afirma é uma demonstração da existência de um grupo étnico Ticuna face àqueles que se apresentam como não índios⁽¹³⁾.

O acordo estabelecido na reunião do dia 10 de dezembro de 1995 na T.I. Porto Praia com a presença de representantes das comunidades Porto Praia, Saúde, Fortaleza, São Sebastião, Cauaçu do Meio, Cauaçu de Cima Santa Domicia, Coadi, Punã, (ver mapa de delimitação) funciona como uma aliança no sentido da ocupação da terra pelo grupo étnico Ticuna. Os Ticunas (/Miranha) do Porto Praia manifestaram interesse de utilizar, em momentos de escassez, os recursos pesqueiros dos lagos que utilizados pelas outras comunidades. Os ribeirinhos também afirmaram que em caso de necessidade desejaram ter autorização do tuxaua do Porto Praia para pescar no lago Baixo, que fica dentro da T.I. Quanto ao Urucuri, foi consenso de que por ser um lago protegido, ficará para a procriação. Afirmou-se que é um lago "central", que dá acesso a lagos aonde não se pode chegar. Esta afirmação indica representação mágico simbólica associada ao conhecimento nativo das conexões entre este lago e outros lagos mais para o "centro". Esta justificativa

⁽¹³⁾ Optou-se por não deixar de citar os conflitos de ordem político-econômica associados à recusa da identidade indígena pela população do Aiucá, apesar de ter ficado claro, na segunda visita da FUNAI, que a linha de delimitação da T.I. Porto Praia passa fora da área utilizada pelos membros desta comunidade. Nos trabalhos de 1994, houve um engano topográfico, por falta de equipamento apropriado (GPS). Os Ticunas afirmaram que não afirmaram, em 1994, pretender chegar até a área das roças do Aiucá, à montante e ao centro das terras a partir do lago Urucuri, como constava na planta inicial. Este engano foi a principal fonte de insatisfação por parte de comunidades vizinhas (Aiucá), uma vez que tanto os ribeirinhos do Cauaçu do Meio quanto do Miraflor foram escutados, e estavam dispostos a conversar, tanto em 94 quanto em 95.

para a delimitação da T.I. é importante não apenas pela sua significação mágica e simbólica, quanto pela necessidade, reconhecida pelos representantes comunitários presentes à reunião, de que a demarcação de um território indígena implica em que haverá mais garantia de que o acesso à área por barcos pesqueiros invasores será interdito. Neste sentido, o acordo no Porto Praia representa uma estratégia tanto no sentido da garantia dos direitos territoriais Ticunas quanto no da defesa da ecologia.

BIBLIOGRAFIA CITADA

ACUÑA, C.

1941 - Descobrimientos do Rio das Amazonas - São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1941 ("Brasiliana", 203).

ALBUQUERQUE, M. R.

1935 - "Apontamentos para a história do município de Tefé" - O Missionário 15 (2):5-7. Tefé, Prefeitura Apostólica.

1942 - Tefé e os Missionários do Espírito Santo - Tefé, Prefeitura Apostólica.

ALENCAR, Edna

1993 - "Memórias de Mimirauá. Histórico da formação de 14 localidades da Estação Ecológica Mimirauá". Belém, mimeo, 58 páginas.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto

1972 - O índio e o mundo dos brancos: uma interpretação sociológica da situação dos Tukuna - São Paulo, Pioneira, (2ª ed.).

FAULHABER, P.

1993 - O "lago dos espelhos". Um estudo antropológico das concepções de fronteira a partir do movimento dos índios Tefé/AM. Tese de doutorado. Campinas, Belém. Unicamp/Museu Goeldi.

1994 - "Índios e Fronteiras no "Divortium Aquarium" Japurá-Caquetá/Içá-Putumayo". Relatório de Pesquisa. Museu Goeldi, outubro.

HASSEL, J. M.

1905 - "Las Tribos Salvages de la Región Amazónica del Peru". Bol. Soc. Geog. de Lima, Lima, 17, primeiro trimestre 1905.

JOBIM, A.

1934 - Panoramas AmazônicosIII : Tefé Manaus, Phenix.

LIMA-AYRES, D.

1994 - "A implantação de uma unidade de conservação em área de várzea: a experiência Mamirauá" . A Amazônia e a Crise da Modernização (org: Maria Angela D'Incao e Isolda Maciel da Silveira). Belém, Museu Goeldi, pag.403-409.

LIMA-AYRES, Débora, e ALENCAR, Edna

1994- "Histórico da Ocupação Humana e Mobilidade Geográfica de Assentamentos na área da Estação Ecológica Mamirauá". Anais do IV Encontro de Estudos Populacionais. ABEP:353-384.

NIMUENDAJÚ, K.

1952 - The Ticuna. (org: Lowie). Berkeley e Los Angeles, University of California.

OLIVEIRA FILHO, J.P.

1988 - O Nosso Governo": Os Ticuna e o Regime Tutelar. Rio de Janeiro, Marco Zero/MCT/CNPq .

OLIVEIRA Filho, João Pacheco , FAULHABER, Priscila, ERTHAL, Regina e ALMEIDA, Fábio

1995 - "Universo Ticuna: território, Saúde e Meio Ambiente" - Projeto de Pesquisa dirigida . Rio de Janeiro, Museu Nacional, mimeo.

REIS, Marise

1995 - "Área Indígena Porto Praia: Uma avaliação da Pertinência de sua Criação em Área Preservada e acompanhada da Estação Ecológica Mamirauá" Tefé, 2/6/95 (xerox).